

(RE) PENSANDO A HONRA E A MORALIDADE SEXUAL ENTRE TEORIAS, MÉTODOS E DISCURSOS

SANTOS, Cristiane lima*

cricalina04@gmail.com

A honra, a moralidade, a sexualidade como objeto de estudo não é novo nas pesquisas historiográficas. Para o desafio aqui proposto, tomaremos como domínio os estudos de gênero tendo como dimensão a História Cultural, focada nas abordagens vinculadas à Micro-História e a História Regional/Local, baseadas na noção de Cotidiano.

Considerando que estamos realizando uma reflexão ao nível da realidade cotidiana e das estratégias que circulam sob redes de poderes, as contradições estão presentes e devem ser desnudadas, por isso a necessidade de atentarmos para os pequenos detalhes. Sem dúvida, os processos-crime são fontes ricas precisamente porque são dialógicas, repletas em contradições e reveladoras de uma cotidianidade.

Para tanto, cabe notar que o espaço regional aqui não estará vinculado tão somente ao recorte administrativo ou geográfico, porém muito mais nas relações sociais que se estabelecem dentro de um dado espaço. Contudo como adverte Certeau (2002, p.65) o historiador não deve deixar de levar em consideração o lugar de onde fala, pois “não existem considerações capazes de suprimir a particularidade” do lugar de onde falo e do domínio em que se realiza uma investigação.

Assim, para este teórico, o entendimento da história está ligado à capacidade de organizar as diferenças ou as ausências pertinentes e hierarquizáveis, onde a particularidade desempenha a função de interrogar atos e pessoas que permanecem à margem do discurso.

De forma que, como expõe Barros (2004), todas as dimensões da realidade social interagem, levando-nos a estabelecer um ambiente intradisciplinar. Neste âmbito, o autor estabelece considerações acerca da História Cultural, pontuando que esta entendida no sentido de uma História da Cultura, não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecidas, é particularmente rica por abrigar diferentes possibilidades de tratamento.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – UNEB/Campus V – Santo Antônio de Jesus/Ba. Orientador: Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito-UNEB.

Podemos dizer, como o fez Hunt (1992) que a História Cultural revela uma diversidade temática e mudança dos focos de atenção do (a) pesquisador (a). Essa vem marcada por esse caráter de novos temas ou antigos objetos serem desnudados por novos e diversos olhares.

Neste terreno, a preocupação com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais leva a História Local e Regional a enfatizar a existência de uma multiplicidade de tempos históricos, convivendo, simultaneamente, na realidade, e de um pensar o local e o regional como território de dinamização de um tempo/espço, “nesse âmbito é plausível as discussões de questões relativas ao universo das mulheres, alçando-as à condição de objeto e sujeito da história” (SOIHET, 1997, p.275).

Segundo Constantino (2004) a História Local ou Regional venho demonstrar a necessidade de se conhecer e valorizar as redes familiares, lembranças da infância, genealogias, tradições orais, possibilitando um avanço significativo no vislumbramento do homem com o espaço em que vive.

Entretanto, um olhar sobre o dia-a-dia de mulheres e homens deverá vim acompanhado com o que Ginzburg (2001, p.15-41) caracterizou como estranhamento, nada mais que um alerta para o fato de que a realidade não pode simplesmente ser aceita como já está compreendida.

A perspectiva de Ginzburg, como expõe Constantino (2004, p. 175), nos permite verificar a prática da interdisciplinaridade no sentido mais amplo, pois aquele autor percorre a história de um texto, devolvendo-lhe o aspecto original, eliminando distorções, sem, contudo deixar de promover o estranhamento, buscando as partes singulares, minúsculas, tradicionalmente desprezadas.

Neste sentido, Dias (1994) nos alerta para a leitura das entrelinhas das experiências de vida que escapam ao normativo, institucional, dito, aos prescritos e aponta para o vivido, ao não-dito. Trata-se de apreender o movimento da história rompendo com a pretensa unidade que atravessam o sujeito feminino e o sujeito masculino.

Portanto, fica evidenciado que a história das mulheres, enquanto um domínio do campo histórico, surge entre as novas questões que deram origem aos estudos sobre as mulheres. A história das mulheres no campo da historiografia contribuiu [e contribui], para o alargamento do próprio discurso historiográfico, na medida em que nos leva a deixar de pensar num sujeito universal, ou ainda, em ações individuais e práticas coletivas marcadamente masculinas (RAGO, 1995).

Sendo inegável sua contribuição à historiografia que atualmente se desenvolve, foi da crítica aos primeiros trabalhos que se buscou uma categoria que ampliasse o campo de reflexão sobre as mulheres, verificando que “nem toda a história da mulher é heróica, e muito menos ‘feminista’, pois se freqüentemente as mulheres eram vítimas, elas também souberam manipular o poder”. (HILL, 1995, p.18). E como nos alerta Tilly,

a história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos [...]. A contribuição particular da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas. (TILLY, 1994, p.34)

Com o surgimento da categoria gênero como uma plausível categoria de análise é que se notaria uma fundamentada desconstrução das idéias naturalizadas do que é ser uma mulher e/ou ser um homem. Já no final da década de 1970, a antropóloga Gayle Rubin utilizaria o termo ao analisar o “sistema de domesticação das mulheres”.

Dentre as várias possibilidades analíticas abertas pela categoria em questão, Scott viria a contextualizar “gênero enquanto categoria de análise, centrado na significação, no poder e no ator”. Ela enfoca que “gênero é tanto um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças entre os sexos; quanto uma maneira primária de significar relações de poder”. (SCOTT, 1990, p.10-14). Para essa autora,

gênero significa está enfatizando os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual; e os processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados [...] [É preciso] enfocar a maleabilidade das categorias ‘mulheres’ e ‘homens’, e os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento. (SCOTT, Ibid, p.25)

E, como nos lembra Varikas (1994, p.63-84), “uma das tarefas primordiais do (a) historiador (a) do gênero consiste em desconstruir a pluralidade de teorizações do conceito de gênero”, questionando, historicizando e criticando, como forma de mostrar sua fragilidade e polissemia, “não apenas para localizar os limites ou as lacunas, mas, sobretudo, para que surjam novas proposições, perspectivas e esclarecimentos”.

Seguindo os rumos de uma análise pautada no interesse pelas pessoas comuns em direção às relações sociais estabelecidas entre mulheres e homens, a micro-história é uma abordagem ideal para empreender tal estudo e análise por trazer à tona as especificidades que estariam extra-região e extralocal.

Como salienta Barros (2004, p. 153), o que a micro-história pretende é uma redução na escala de observação do (a) historiador (a) com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos, porém não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até ocorrer.

Há de se levar em conta, como expõe Lepetit (1998, p.94) que a adoção de uma escala é antes de qualquer coisa a escolha de um ponto de vista de conhecimento. “Ao apagar as variações que se revelariam em outras escalas e dariam uma outra imagem do mundo, todas as duas se situam, a partir de um ponto de vista de conhecimento específico” e com a preocupação de “responder a um uso particular, num nível escolhido de generalização”.

Por outro lado, não devemos deixar de evidenciar que a micro-história não deve ser confundida com a História Regional, uma vez que o que importa para aquela é a escala de observação das contradições dos atores sociais trazendo à luz da análise as subjetividades. Para Revel,

[...] O recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço “macro”. Nesse sentido, ele permitiu romper com os hábitos adquiridos e tornou possível uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos da análise sócio-histórica. (REVEL, 1998, p.20)

O que justifica a percepção de Revel (1998, p.24) é a idéia de que a escolha de um enfoque micro-histórico tem uma importância decisiva. Tratando-se da natureza das categorias de análise do social, é com certeza no nível local que a defasagem entre categorias exógenas e categorias endógenas é mais marcada, o que torna possível um exame crítico dos recortes e critérios que por vezes parecem indiscutíveis.

Nesta linha de análise que Pesavento (2004, p.180) aponta que a micro-história é antes um método ou estratégia de abordagem do empírico, que implica o uso conjugado de dois procedimentos: redução de escala do recorte realizado pelo (a) historiador (a) no tema, transformado em objeto pela pergunta formulada; e ampliação das possibilidades de interpretação, pela intensificação dos cruzamentos possíveis a serem feitos naquele recorte

determinado. A autora vem a assinalar que a micro-história amplia o leque dos possíveis e reduz o horizonte das certezas, uma vez que o regional e o local são recortes simbólicos que obedecem a dimensões de escala. Formando assim,

elaborações culturais históricas, que envolvem delimitações de espaço, formas de sociabilidade, perfis de atores e um elenco de sensibilidades, razões, valores e manifestações do espírito entendidas como pertinentes a um território específico. A região e o local são, assim, recortes de escala no espaço, portadores de sentido cultural específico. (PESAVENTO, 2004, p.182)

De outro ângulo, Revel (1998) ao sugerir que não existe oposição entre história local e história global, aborda que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber uma modulação particular da história global.

Entretanto, temos que nos resguardar das implicações presentes num estudo micro-histórico que como qualquer outro possuem seus riscos, é nessa direção que Lepetit (1998) nos adverte de que por à prova hipóteses teóricas, por meio da observação empírica particular leva ao positivismo lógico. Assim, o local não deve ser refletido como modelo reduzido de uma dinâmica geral, uma vez que as situações locais interagem com o processo global. Não se trata de proclamar a validade da pesquisa. E sinaliza,

No projeto da micro-história. [...] Duas condições prévias parecem bastar para permitir o acesso à totalidade histórica: o questionamento dos recortes tradicionais com base nos quais a ciência histórica analisava o passado (o econômico e o social separadamente, por exemplo) e a remoção de barreiras intelectuais entre os saberes. O essencial da reflexão metodológica dos historiadores engajados nesse movimento seria a seguir mobilizado por um esforço de recomposição dos territórios. (LEPETIT, 1998, p.80)

Também Pesavento, (2004, p. 184) nos permite verificar os riscos presentes na análise micro-histórica ao sugerir que numa pesquisa histórica micro, podem, em si, conter o macro, considerando que não se trata de legitimar velhas histórias locais, nem assumir especificidade sem padrão de referência comparativa.

Portanto, como bem argumenta Lepetit (1998) a escolha de uma escala particular tem como efeito modificar a conformação e a organização dos objetos, mas nenhuma escala desfruta de um privilégio especial, pois o real está entre as representações. Assim, o jogo das

escalas tem por função identificar os sistemas de contextos nos quais se inscrevem os jogos sociais, daí a necessidade da interdisciplinaridade. Mas, como alerta o autor, “de um campo para o outro do saber, as transferências de modelos são coisas delicadas – ainda mais quando eles concernem a proposições ecléticas.” (LEPETIT, 1998, p.89)

Um outro cuidado que devemos ter nos estudos da micro-história, diz respeito a confusão possível de ser feita entre o cotidiano e o corriqueiro ou banal, ou ainda entre o excepcional e o normal, ou mesmo entre o que é norma e o que é transgressão. Neste sentido, Pesavento (2004) nos permite verificar algumas precauções:

É preciso que o historiador se coloque com clareza o que busca no estudo da microanálise. Divisar o que seria consensual, normal, usual, prática, costume, hábito do dia-a-dia? Ou mesmo divisar, pela normalidade do enunciado da lei e da regra, o que seria a contravenção? Ou ainda, ao surpreender a transgressão, deduzir o que seria a normalidade da vida? Estas são questões que podem se apresentar com frequência àquele que reduz a escala para aprofundar a análise. (PESAVENTO, 2004, p.183)

A micro-história, como aponta Pesavento (2004) ousa ser capaz de produzir, duas formas de conhecimento da realidade: um saber sobre o que pode ser medido e mesmo comprovado; outra que constrói um saber através de indícios, de sensibilidades, emoções e valores, por vezes imperceptíveis.

Nesta categoria, que Constantino (2004) destaca da importância do método indiciário de Carlo Ginzburg na análise micro-histórica, uma vez que este método evidencia indícios que funcionam como conhecimento de partes menosprezadas pelo predomínio do inconsciente de hábitos e/ou reflexos condicionados.

Assim, a proposta de Ginzburg de decifrar indícios valendo-se da intuição e da erudição, é a chave para a análise micro-histórica que pretende alcançar o geral a partir do particular. Nunca é demais lembrar que a microanálise de fato nos diz sobre um recorte do real a partir de um método, mas isto é dado também pela bagagem de conhecimento prévio e à parte deste recorte de escala.

Contudo, outros cuidados devem ser tomados, como aborda Lepetit (1998) as conclusões que resultam de uma análise realizada numa escala particular não podem ser contrapostas às conclusões obtidas numa outra escala, pois não são acumuláveis, a não ser sob a condição de levar em conta os níveis diferentes nos quais foram estabelecidas. “A pesquisa histórica deve ser retomada cada vez à custa de um novo preço”. (LEPETIT, 1998, p.101)

De certa forma, poderíamos dizer que a postura da micro-história é aquela que melhor se adaptaria a uma espécie de reinvenção do cotidiano, tal como proposta por Michel de Certeau (1994). É nas tensões do vivido que tem lugar o encontro/desencontro da vida cotidiana com a História.

Quando falamos de cotidiano, temos de desvendar o que recobre esta noção. Ou como argumenta Del Priore (1997, p.274) “nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma”.

Segundo Dias (1998) o conceito de cotidiano sugere rupturas, dissolução de culturas, mudança, novos modos de ser que são criados em meio a diversificadas temporalidades onde convivem imbricadamente as ações disciplinadoras e táticas de sobrevivências e de resistências criativas e sub-reptícias, como nos propõe Certeau.

Ou como sugere Barros (2004, p.78) costumes e modos de convivência fazem parte do conjunto das “práticas culturais” de uma sociedade, assim como também os ‘modos de vida’, as ‘atitudes’, ou as normas de convivência. Tudo isto, são práticas culturais no sentido literário e artístico, geram também padrões de vida cotidiana. Isto não quer dizer que sejam padrões homogêneos.

[...] Tem funcionamentos relativos a situações sociais e a relações de forças. [...] Daí a necessidade de diferenciar as ações que se efetuam no interior da rede dos consumidores pelo sistema dos produtos, e estabelecer distinções entre as margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem a sua “arte”. (CERTEAU, 1994, p.44)

Para Carvalho (2008, p.24) tecer um cotidiano implica o desafio da leitura de experiências vividas, as quais constituem passado. Ler estas experiências demanda selecionar textos, fragmentos, decifrar pistas, direcionar o olhar e optar por uma lente capaz de ordenar vestígios e possibilitar uma interpretação convincente para uma dada realidade numa determinada sociedade.

Neste sentido, Certeau (1994, p.37-38) nos fornece, a partir de sondagens e hipóteses, alguns caminhos para percebermos que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais, e que o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.

A vida cotidiana é mero conjunto de fragmentos do que seria propriamente a vida cotidiana, fluindo invasivamente entre “mundos” não-cotidianos, demarcados por estilos

cognitivos próprios e não-cotidianos, como o sonho, a fantasia, a religião, a credence, o jogo, o carnaval. (MARTINS, 2008, p.93)

Agnes Heller (1992) ao propor uma análise da estrutura da vida cotidiana enfatiza que em nenhuma esfera da atividade humana é possível traçar uma linha divisória rigorosa e rígida entre o comportamento cotidiano e o não cotidiano, levando em conta que a estrutura e o pensamento da vida cotidiana permite aos indivíduos se moverem nesta estrutura com uma margem de possibilidades de explicitação.

Para Heller (Ibid) a vida cotidiana é a verdadeira essência da substância social, do acontecer histórico, ao tecer considerações de que toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. Assim,

a vida cotidiana está carregada de escolhas que podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral; mas também podem estar moralmente motivadas. *Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana.* Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da generacidade. [...] Na realidade, nenhum homem é capaz de atuar de tal modo que seu ato se converta em exemplo universal, já que todo homem atua sempre como indivíduo concreto e numa situação concreta. (HELLER, 1992, p.24).

Fica patente que ao lançarmos olhar sobre o cotidiano é natural que se perceba microdiferenças onde tantos outros só vêem obediência e uniformização; que se concentre a atenção nos minúsculos espaços de jogo de táticas silenciosas e sutis diante a uma ordem imposta, como nos faz pensar Certeau.

Martins (2008) nos induz a refletir que não devemos circunscrever a vida cotidiana aos usos e costumes e ao viver no interior da casa, pois a vida cotidiana não se reduz aos usos e costumes de uma vida social. Nesse sentido, vida cotidiana não diz respeito aos aspectos rotineiros da vida de todo dia, ao contrário nos fala de um modo de vida ligado ao acontecer histórico.

Portanto, o privado está muito longe do cotidiano, este constituído pela subjetividade vacilante, incerta, insegura, obrigada a construir o significado da ação no próprio ato de agir, no jogo de revelações e ocultações que permeia o relacionamento com o outro nas micro-relações sociais, isto é, o cotidiano está na rua e não fundamentalmente na casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n° 10, p. 157-178, jul. dez. 2004.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Projeto História. São Paulo, **Revista do Programa Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**. PUC, São Paulo. n° 17,223-227, nov.1998.

GONÇALVES, Andréa Lisy. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira - nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Antigo/Moderno*. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi: Memória -História**. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984. v.1, p. 370-392.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jathay. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. São Leopoldo, **História Unisinos**, v. 8, n° 10, p. 179-189, jul. dez. 2004.

REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n. 02 Jul. / Dez., 1990.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. In: **Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças**. Campinas (3): 1994.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly e Scott. In: **Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças**. Campinas (3), 1994.